



**WILLIAM FREIRE**

Advogado especializado em Direito Mineral e Ambiental.

Docente em Direito Mineral e Ambiental.

Autor de vários artigos e livros sobre o assunto.

Integrante de vários órgãos vinculados à mineração e ao meio ambiente.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Mineral.

Coordenador do Centro de Estudos de Direito Mineral.

# CÓDIGO DE MINERAÇÃO ANOTADO

E LEGISLAÇÃO MINERAL E AMBIENTAL EM VIGOR

3ª EDIÇÃO  
REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

**M**ANDAMENTOS

Belo Horizonte – 2003

## Sumário

### **Parte 1 – CÓDIGO DE MINERAÇÃO ANOTADO**

(Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967)

Capítulo I – Das disposições preliminares (art. 1º-13) .....	47
Capítulo II – Da Pesquisa Mineral (arts. 14-35) .....	58
Capítulo III – Da Lavra (arts. 36-58) .....	84
Capítulo IV – Das Servidões (arts. 59-62).....	105
Capítulo V – Das Sanções e das Nulidades (arts. 63-69) .....	108
Capítulo VI – Da Garimpagem, Faiscação e Cata (arts. 70-78) ..	117
Capítulo VII – Das Disposições Finais (arts. 79-98) .....	117

### **Parte 2 – REGULAMENTO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO**

(Decreto n. 62.934, de 2 de julho de 1968)

<i>Aprova o Regulamento do Código de Mineração .....</i>	129
Capítulo I – Das Disposições Preliminares .....	129
Capítulo II – Da Conceituação e Classificação das Jazidas e das Minas .....	130
Capítulo III – Do Regime de Exploração e Aproveitamento das Substâncias Minerais .....	131
Capítulo IV – Do Direito de Prioridade .....	132
Capítulo V – Da Autorização de Pesquisa.....	133
Capítulo VI – Do Pagamento da Renda e das Indenizações .....	139
Capítulo VII – Do Reconhecimento Geológico .....	141

Capítulo VIII – Da Concessão de Lavra .....	143
Capítulo IX – Da Imissão da Posse da Jazida .....	150
Capítulo X – Do Grupamento Mineiro .....	151
Capítulo XI – Do Consórcio de Mineração .....	152
Capítulo XII – Das Servidões .....	154
Capítulo XIII – Da Participação nos Resultados da Lavra .....	155
Capítulo XIV – Da Ocorrência de Minerais Nucleares .....	156
Capítulo XV – Da Empresa de Mineração .....	156
Capítulo XVI – Das Sanções e das Nulidades .....	157
Capítulo XVII – Da Garimpagem, Faiscação e Cata .....	160
Capítulo XVIII – Da Competência do Departamento Nacional da Produção Mineral .....	160
Capítulo XIX – Dos Livros e Registros .....	161
Das Disposições Finais e Transitórias .....	161

### **Parte 3 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Artigos relacionados com a mineração .....	165
Emenda Constitucional n. 6, de 16 de agosto de 1995 <i>Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal</i> .....	170

### **Parte 4 – LICENCIAMENTO MINERAL**

(Lei n. 6.567, de 24 de setembro de 1978)

<i>Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências</i> .....	175
---	-----

### **Parte 5 – PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA**

(Lei n. 7.805, de 18 de julho de 1989)

<i>Altera o Decreto-Lei n. 227, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências</i> .....	183
--	-----

## **Parte 6 – CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS**

(Decreto-Lei n. 7.841, de 8 de agosto de 1945)

<i>Alterado pela Lei n. 6.726/79 .....</i>	191
Capítulo I – Disposições Preliminares .....	191
Capítulo II – Da autorização de pesquisa .....	193
Capítulo III – Da Autorização de Lavra .....	194
Capítulo IV – Das Estâncias que Exploram Águas Minerais e das Organizações que Exploram Águas Potáveis de Mesa .....	196
Capítulo V – Da Fiscalização das Estâncias que Exploram Água Mineral e das Organizações que Exploram Águas de Mesa Destinadas a fins Balneários .....	197
Capítulo VI – Do Comércio da Água Mineral, Termal, Gasosa, de Mesa ou Destinada a fins Balneários .....	198
Capítulo VII – Da Classificação Química das Águas Minerais ....	200
Capítulo VIII – Da Classificação das Fontes de Água Mineral ...	202
Capítulo IX – Da Tributação .....	203
Capítulo X – Disposições Gerais e Transitórias .....	204

## **Parte 7 – LEGISLAÇÃO MINERAL FEDERAL EM VIGOR**

### **LEIS FEDERAIS**

LEI N. 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979 – *DOU* DE 3/5/79  
*Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n.  
1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências ...* 209

LEI N. 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989 –  
*DOU* DE 29/12/89  
*Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios,  
compensação financeira pelo resultado da exploração de  
petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de  
geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus*

*respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva e dá outras providências* ..... 212

LEI N. 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990 – DOU DE 14/3/90  
*Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências*..... 214

LEI N. 8.876, DE 2 DE MAIO DE 1994 – DOU DE 3/5/94  
*Autoriza o Poder Executivo a instituir como autarquia o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, e dá outras providências (Regulamentada pelo Decreto n. 1.324/94)*..... 217

LEI N. 8.901, DE 30 DE JUNHO DE 1994 – DOU DE 1º/7/94  
*Regulamenta o disposto no § 2º do art. 176 da Constituição Federal e altera os dispositivos do Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração –, adaptando-o às normas constitucionais vigentes (§ 3º revogado pela EC 6/95)* ..... 221

LEI N. 8.982, DE 24 DE JANEIRO DE 1995 – DOU DE 25/1/95  
*Dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 6.567, de 24 de setembro de 1978, alterado pela Lei n. 7.312, de 16 de maio de 1985. Revoga o art. 12 da Lei n. 6.567/78*  
*Vide in DNPM n. 02/95*..... 223

LEI N. 9.314, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996 – DOU DE 18/11/96  
*Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências*..... 224

LEI N. 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 – DOU DE 1º/2/99  
*Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*..... 234

Capítulo I – Das Disposições Preliminares ..... 235

Capítulo II – Dos Direitos dos Administrados ..... 236

Capítulo III – Dos Deveres do Administrado .....	237
Capítulo IV – Do Início do Processo .....	237
Capítulo V – Dos Interessados .....	238
Capítulo VI – Da Competência .....	238
Capítulo VII – Dos Impedimentos e da Suspeição .....	239
Capítulo VIII – Da Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo .....	240
Capítulo IX – Da Comunicação dos Atos .....	241
Capítulo X – Da Instrução .....	242
Capítulo XI – Do Dever de Decidir .....	245
Capítulo XII – Da Motivação .....	245
Capítulo XIII – Da Desistência e Outros Casos de Extinção do Processo .....	246
Capítulo XIV – Da Anulação, Revogação e Convalidação .....	246
Capítulo XV – Do Recurso Administrativo e da Revisão .....	247
Capítulo XVI – Dos Prazos .....	248
Capítulo XVII – Das Sanções .....	249
Capítulo XVIII – Das Disposições Finais .....	249

LEI N. 9.827, DE 27 DE AGOSTO DE 1999 – <i>DOU</i> DE 28/8/99 <i>Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n. 9.314, de 14 de novembro de 1996</i> Regulamentada pelo Decreto n. 3.358, de 2/2/00 .....	249
--	-----

LEI N. 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 <i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal</i> .....	250
---	-----

LEI N. 9.993, DE 24 DE JULHO DE 2000 – <i>DOU</i> DE 25/7/00 <i>Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor ciência e tecnologia</i> .....	252
--	-----

## DECRETOS FEDERAIS

DECRETO N. 85.064, DE 26 DE AGOSTO DE 1980
--

<i>Regulamenta a Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.....</i>	256
---	-----

DECRETO N. 1, DE 11 DE JANEIRO DE 1991 –  
DOU DE 14/1/91

<i>Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências .....</i>	270
--	-----

Capítulo I – Disposição preliminar .....	270
--	-----

Capítulo III – Da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais .....	271
---	-----

Capítulo V – Disposições Gerais .....	273
---------------------------------------	-----

DECRETO N. 3.358, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2000

<i>Regulamenta o disposto na Lei n. 9.827, de 27/8/99, dispondo sobre a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas ...</i>	274
--	-----

DECRETO N. 3.576, DE 30 DE AGOSTO DE 2000  
– DOU DE 31/8/00

*Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e dá outras providências*

* Revoga o Decreto n. 1.324/94 e o anexo LXVI ao Decreto n. 1.351/94 .....	278
--	-----

DECRETO N. 4.356, DE 2 DE SETEMBRO DE 2002  
– DOU DE 3/9/2002

<i>Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas – FCT para o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM .....</i>	290
---	-----

## ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 18 DE MARÇO DE 1997

<i>Dispõe sobre a Lei n. 9.314/96. ....</i>	290
---	-----

# ORIENTAÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 2 DE JANEIRO DE 1998

<i>Dispõe sobre redução de áreas para 50 ha .....</i>	294
---	-----

## PORTARIAS MINISTERIAIS

### PORTARIA N. 1.628, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1984 – DOU DE 5/12/84

<i>Estabelece instruções sobre a aprovação de rótulos de água mineral ou potável de mesa .....</i>	295
--	-----

### PORTARIA N. 5, DE 17 DE JANEIRO DE 1995 – DOU DE 18/1/95

<i>Delega competência ao DNPM</i>	
<i>Revoga (tacitamente) a Portaria n. 65/92.</i>	
<i>Derrogada pela Lei n. 9.314/96 .....</i>	297

### PORTARIA N. 12, DE 16 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 2/1/97

<i>Dispõe sobre os critérios gerais referentes ao procedimento de disponibilidade de área desonerada de requerimento ou de titulação de direitos minerários, em decorrência de publicação de despacho no Diário Oficial .....</i>	298
---	-----

### PORTARIA N. 13, DE 16 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 20/1/97

<i>Dispõe sobre a aplicação da taxa anual, por hectare, incidente na vigência da autorização de pesquisa .....</i>	301
--	-----

### PORTARIA N. 73, DE 18 DE MARÇO DE 1999 – DOU DE 24/3/99

<i>Aprova os anexos Regimentos Internos do Gabinete, da Secretaria Executiva, da Consultoria Jurídica, da Secretaria de Minas e Metalurgia e da Secretaria de Energia deste Ministério.</i>	
<i>Revoga a Portaria n. 65/93 .....</i>	303



PORTARIA N. 23, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2000 – DOU DE 4/2/00 <i>Estabelece as substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para fins de aplicação do disposto no Decreto n. 3.358, de 2/2/00.....</i>	303
---	-----

PORTARIA N. 105, DE 2 DE MAIO DE 2000 – DOU 3/5/00 <i>Delega competência ao Secretário-Executivo deste Ministério, para a prática de atos de outorga e caducidade concernentes à concessão de lavra .....</i>	304
---	-----

PORTARIA INTERMINISTERIAL N. 002, DE 18 DE JULHO DE 2002 – DOU DE 19/7/2002 <i>Cria Grupo de Trabalho com o objetivo de implementar a revitalização do Museu de Ciências da Terra, com sede no Palácio da Geologia, na Avenida Pasteur, 404, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá atuar como um Centro Científico e Cultural da Geologia e dos Recursos Minerais do Brasil .....</i>	304
--	-----

## PORTARIAS DO DNPM

PORTARIA N. 82, DE 30 DE JULHO DE 1968 – DOU DE 1º/8/68 <i>Estabelece os limites das áreas consideradas ínvias e de difícil acesso .....</i>	306
--	-----

PORTARIA N. 117, DE 17 DE JULHO 1972 – DOU DE 24/7/72 <i>Estabelece instruções sobre os estudos in loco de fontes de águas minerais ou potáveis de mesa como condição indispensável à aprovação do relatório final de pesquisa .....</i>	306
---	-----

PORTARIA N. 124, DE 25 DE AGOSTO DE 1976 – DOU DE 13/9/76 <i>Estabelece instruções sobre a apresentação do Formulário de “Pedido de Pesquisa Mineral” .....</i>	308
---	-----

PORTARIA N. 231, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977 – DOU DE 17/10/77 <i>Estabelece instruções sobre protocolização de requerimentos que não façam referências ao número do processo pertinente .....</i>	308
PORTARIA N. 148, DE 27 DE OUTUBRO DE 1980 – DOU DE 3/11/80 <i>Dispõe sobre instruções do requerimento de registro de licença Item V alterado pela Portaria n. 223 de 8 de agosto de 1986 .....</i>	309
PORTARIA N. 143, DE 21 DE MAIO DE 1982 – DOU DE 27/5/82 <i>Dispõe sobre a protocolização de requerimento de autorização de pesquisa e de registro de licença.....</i>	314
PORTARIA N. 197, DE 21 DE JULHO DE 1982 – DOU DE 23/7/82 <i>Estabelece instruções sobre aplicação, no requerimento de autorização de pesquisa e de registro de licença, de uma única poligonal .....</i>	315
PORTARIA N. 103, DE 17 DE MAIO DE 1983 – DOU DE 19/5/83 <i>Estabelece instruções sobre apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. ....</i>	316
PORTARIA N. 223, DE 8 DE AGOSTO DE 1986 – DOU DE 12/8/86 <i>Altera o item V, da Portaria n. 148, de 27 de outubro de 1980 (Revogada) .....</i>	317
PORTARIA N. 269, DE 28 DE AGOSTO DE 1986 – DOU DE 8/9/86 <i>Estabelece instruções sobre aplicação de que dispõe o item IV, do art. 54, e art. 55, do Regulamento do Código de Mineração .....</i>	318

PORTARIA N. 315, DE 3 DE OUTUBRO DE 1986 – DOU DE 8/10/86 <i>Estabelece instruções sobre conceituação das argilas empregadas no fabrico de cerâmica vermelha .....</i>	319
PORTARIA N. 80, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 – DOU 26/9/90 <i>Estabelece instruções sobre a elaboração de relatório a ser apresentado ao DNPM, pelos produtores de cassiterita e estanho metálico .....</i>	320
PORTARIA N. 81, DE 24 DE SETEMBRO DE 1990 – DOU DE 25/9/90 <i>Delega competência ao chefe da seção de empresas de mineração .....</i>	322
PORTARIA N. 5, DE 19 DE MARÇO DE 1991 – DOU DE 21/3/91 <i>Subdelega competência ao Diretor Adjunto do DNPM para praticar os atos que especifica .....</i>	322
PORTARIA N. 6, DE 21 DE MARÇO DE 1991 – DOU DE 22/3/91 <i>Estabelece modelo de Guia de Recebimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais .....</i>	323
PORTARIA N. 306, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1991 – DOU 29/11/91 <i>Dispõe sobre títulos minerários referidos no Decreto de 15/2/91 .....</i>	324
PORTARIA N. 5, DE 9 ABRIL DE 1992 – DOU DE 11/4/92 <i>Dispõe sobre Permissão de Lavra Garimpeira. Altera o item 11.3 da Portaria DNPM n. 010, de 25/7/91 .....</i>	325
PORTARIA N. 6, DE 6 DE JULHO DE 1992 – DOU DE 7/7/92 <i>Aprova o modelo de guia de recolhimento de compensação financeira pela exploração de recursos minerais .....</i>	326

PORTARIA N. 257, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1995 – DOU DE 16/11/95 <i>Dispõe sobre Permissão de Lavra Garimpeira fora de áreas destinadas ao garimpo</i> .....	328
PORTARIA N. 124, DE 6 DE MARÇO DE 1996 – DOU DE 7/3/96 <i>Dispõe sobre o Serviço do DNPM no Estado do Acre</i> .....	328
PORTARIA N. 15, DE 13 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 15/1/97 <i>Dispõe sobre o memorial descritivo e planta de situação</i> .....	329
PORTARIA N. 21, DE 16 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 17/1/97 <i>Dispõe sobre relatório final de pesquisa</i> .....	330
PORTARIA N. 22, DE 16 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 17/1/97 <i>Dispõe sobre apresentação de relatório parcial de pesquisa</i> Inciso II alterado pela Portaria DNPM n. 362, de 14/10/99 .....	330
PORTARIA N. 23, DE 16 DE JANEIRO DE 1997 – DOU DE 17/1/97 <i>Dispõe sobre prorrogação de alvará de pesquisa</i> .....	331
PORTARIA N. 222, DE 28 DE JULHO DE 1997 – DOU DE 8/8/97 <i>Dispõe sobre especificações para o aproveitamento das Águas Minerais e Potáveis de Mesa</i> Revoga a Portaria n. 3, de 28/1/94 Anexo – Regulamento Técnico 001/97 – Especificações técnicas para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa ....	333
PORTARIA N. 248, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997 – DOU DE 5/9/97 <i>Dispõe sobre a fixação de limite de jazida ou mina em profundidade por superfície horizontal</i> .....	344

PORTARIA N. 1, DE 2 DE JANEIRO DE 1998 – DOU DE 5/1/98 <i>Dispõe sobre o custeio de vistorias realizados pelo DNPM</i> Revoga a Portaria n. 3, de 4/1/90 .....	348
PORTARIA N. 41, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 – DOU DE 2/3/98 <i>Dispõe sobre a importação Asbesto/Amianto</i> .....	350
PORTARIA N. 50, DE 5 DE MARÇO DE 1998 – DOU DE 10/3/98 <i>Dispõe sobre o funcionamento do protocolo</i> Revoga as Portarias n. 261, de 21/11/95; n. 317, de 6/12/95; n. 377, de 7/8/96; n. 443, de 8/10/96; n. 456, de 21/10/96 e n.167, de 16/5/97 Alterada pela Portaria n. 285/99 .....	352
PORTARIA N. 137, DE 8 DE MAIO DE 1998 – DOU DE 11/05/98 <i>Regulamenta o art. 9º da Lei n. 7.805/89</i> .....	358
PORTARIA N. 231, DE 31 DE JULHO DE 1998 – DOU DE 7/8/98 <i>Dispõe sobre Água Mineral e Potável de Mesa</i> .....	359
PORTARIA N. 336, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998 – DOU DE 28/12/98 <i>Dispõe sobre a faculdade de transformação do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira para o Regime de Autorização e Concessões para realização de trabalhos de pesquisa</i> .....	365
PORTARIA N. 56, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1999 – DOU DE 26/2/99 <i>Aprova os novos modelos de formulários que comporão o Relatório Anual de Lavra – RAL, incorporando o Relatório Anual de Lavra Condensado – RALC</i> Revoga a Portaria DNPM n. 1/92. ....	366

PORTARIA N. 157, DE 15 DE JUNHO DE 1999 – DOU DE 17/6/99 <i>Disciplina a compensação do pagamento indevido ou a maior da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.....</i>	368
PORTARIA N. 158, DE 15 DE JUNHO DE 1999 – DOU DE 17/6/99 <i>Dispõe sobre as Fichas de Registro de Apuração da CFEM .</i>	369
PORTARIA N. 175, DE 2 DE JULHO DE 1999 <i>Regulamenta o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, para substâncias oriundas do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira .....</i>	370
PORTARIA N. 243, DE 23 DE AGOSTO DE 1999 <i>Concede prazo de 90 dias a contar da data de 17 de junho de 1999 para as empresas apresentarem as fichas de registro de apuração da CFEM .....</i>	371
PORTARIA N. 285, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999 – DOU DE 20/9/99 <i>Modifica o item 5 da Portaria n. 50, de 5/3/98 (funcionamento do protocolo) .....</i>	372
PORTARIA N. 287, DE 15 DE SETEMBRO DE 1999 – DOU DE 16/9/99 <i>Dispõe sobre a reestruturação e informatização do Relatório Anual de Lavra. ....</i>	372
PORTARIA N. 362, DE 14 DE OUTUBRO DE 1999 – DOU DE 15/10/99 <i>Altera redação do Inciso II da Portaria DNPM n. 22, de 16/1/97 .....</i>	374
PORTARIA N. 419, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999 – DOU DE 23/11/99	

<i>Estabelece as regras e critérios específicos para habilitação, julgamento, bem como apresentação de recursos, em decorrência de despacho declaratório de disponibilidade de áreas desoneradas, nos termos do art. 26, e dos Editais de Disponibilidade de áreas, mencionados nos arts. 32 e 65, § 1º, respectivamente, do Código de Mineração.</i>	
Revoga as Portarias DNPM n. 71 e n. 72, de 19/2/97	
Art. 5º, alterado pela Portaria DNPM n. 48, de 24/2/00	
Art. 20, alterado pela Portaria DNPM n. 251, de 30/10/01 .....	374
PORTARIA N. 503, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1999 – DOU DE 29/12/99	
<i>Dispõe sobre Taxa Anual por hectare</i>	
Revoga a Portaria DNPM n. 13/97. ....	382
PORTARIA N. 40, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000 – DOU DE 11/2/00	
<i>Estabelece áreas máximas para pesquisa mineral.</i>	
Revoga a Portaria DNPM n. 16/97. ....	384
PORTARIA N. 135, DE 24 DE MAIO DE 2000 – DOU DE 25/5/00	
<i>Dispõe sobre a suspensão de remessa de processos à Administração Central do DNPM.</i> .....	386
PORTARIA N. 284, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2000 – DOU de 6/10/00	
<i>Dispõe sobre a instrução do requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira</i> .....	387
PORTARIA N. 2, DE 3 JANEIRO DE 2001 – DOU DE 5/1/01	
<i>Dispõe sobre a redistribuição, entre os órgãos Central e Regionais da Autarquia, dos cargos de Procuradores Federais</i> .....	390
PORTARIA N. 31, DE 26 DE JANEIRO DE 2001 – DOU DE 29/1/01	

<i>Dispõe sobre a Sala do Cidadão</i> Republicada no <i>DOU</i> de 22/2/01 por ter saído com omissão, do original, no <i>DOU</i> n. 20-E, de 29/1/01, Seção 1, p. 37-38 .....	392
PORTARIA N. 63, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001 – <i>DOU</i> DE 22/2/01 <i>Dispõe sobre o aquífero de Caldas Novas e Rio Quente no Estado de Goiás</i> .....	394
PORTARIA N. 64, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001 – <i>DOU</i> DE 22/2/01 <i>Delegação de competência aos Chefes de Distritos do DNPM para praticarem atos</i> Revoga as Portarias n. 334, de 24/9/99, n. 475, de 16/12/99 e n. 246, de 16/8/00 .....	394
PORTARIA N. 135, DE 6 DE JULHO DE 2001 – <i>DOU</i> DE 9/7/01 <i>Dispõe sobre o Manual de Procedimentos para Cobrança da Taxa Anual por Hectare e Multas aplicadas pela Inobservância da Legislação Minerária</i> Revoga a Portaria n. 120, de 25/4/00, publicada no <i>DOU</i> de 26/4/00 .....	397
PORTARIA N. 136, DE 9 DE JULHO DE 2001 – <i>DOU</i> de 11/7/01 (Texto Completo e o Manual de Procedimentos) <i>Aprova a Segunda Atualização do Manual de Procedimentos de Arrecadação e Cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM</i> Revoga a Portaria n. 247, publicada no <i>DOU</i> de 18/8/00 .....	397
PORTARIA N. 228, DE 9 DE OUTUBRO DE 2001 <i>Dispõe sobre a repercussão da greve dos servidores do Distrito</i> .....	398
PORTARIA N. 230, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001 – <i>DOU</i> DE 15/10/01 <i>Delega competência aos Chefes dos Distritos</i> .....	398



PORTARIA N. 237, DE 18 DE OUTUBRO DE 2001 –  
DOU DE 19/10/01

*Dispõe sobre as Normas Reguladoras de Mineração*

Revoga as Portarias n. 557, de 18/10/00, publicada no *DOU* de 20/10/00 e n. 157, de 14/8/01, publicada no *DOU* de 15/8/01.

Os itens, subitens e alíneas, a saber: 1.2.1; 1.2.1.13; 1.2.1.19; 1.2.1.20; 1.2.1.22; 1.3.1; 1.4.1.4.1; 1.4.1.5; 1.5.1; 1.5.3.1; 1.5.3.2; 1.5.4; 1.5.6; 1.6.1; 1.6.1.3; 2.1.2; 2.2.1; “g” do 3.1.4; 4.1.5.1; 4.1.7.1; 4.1.8; 4.4.1; 5.4.3; “a” do 5.5.3; 5.6.3; 5.6.4; 5.7.2.2; 5.7.2.3; 5.7.4; 5.8.2; 5.8.2.1; 5.10.3; 6.2.2.4; 6.3.1.1; 6.7.3; 6.7.4; 8.1.5; 8.1.11; 8.1.11.1; 8.1.11.2; 8.1.12; 8.1.13; 8.1.13.1; “c” do 8.2.2; 8.3.6; 9.1.1; 11.2.3; “f” do 13.14; 14.4.1.5; 15.1.7; 15.2.36; 15.2.37; “d” do 16.1.4.1; 16.2.15; 16.3.10; “b” do 16.4.14; 17.4; 17.5; 17.7; 17.8; 19.1.2; 19.1.3.1; “e” do 19.2.6; “c” do 19.3.2; “I” do “f”, “j”, e “II” do “I” do 20.3.1; 21.6; 22.1.2; “c” e “e” do 22.2.2.1 e 22.4.5 do Anexo I desta Portaria foram alterados pela Portaria n. 12 de 22 de janeiro de 2002, publicada no *DOU* de 29/1/02 ..... 400

PORTARIA N. 251, DE 30 DE OUTUBRO DE 2001 –  
DOU DE 1/11/01

*Dispõe sobre áreas postas em disponibilidade*

Retifica o art. 20 da Portaria n. 419, de 19/11/99, publicada no *DOU* de 23/11/1999 ..... 520

PORTARIA N. 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2002 –  
DOU DE 7/1/02

*Dispõe sobre o Relatório Anual de Lavra 2002 (ano-base 2001)*

Revoga a Portaria n. 56, de 15/2/01 ..... 520

PORTARIA N. 12, DE 22 DE JANEIRO DE 2002 –  
DOU DE 29/1/02

*Altera dispositivos do Anexo I da Portaria n. 237, de 18 de outubro de 2001* ..... 523

PORTARIA N. 229, DE 29 DE ABRIL DE 2002 –  
DOU DE 2/5/02

*Cria Grupo de Trabalho para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Portaria, examinar, elaborar e propor instruções e normas para classificação de recursos e reservas minerais no País.....* 650

PORTARIA N. 228, DE 29 DE ABRIL DE 2002 –  
DOU DE 3/5/02  
*Designa Grupo de Trabalho, integrado por técnicos do DNPM, para viabilizar a elaboração do Manual de Fiscalização do DNPM.....* 653

PORTARIA N. 243, DE 14 DE MAIO DE 2002 –  
DOU DE 15/5/02  
*Delega competência ao Chefe do 1º DS/DNPM/RS para assinar atos.....* 655

PORTARIA N. 284, DE 19 DE JUNHO DE 2002 –  
DOU DE 21/6/02  
*Delegação de competência ao Chefe do 11º DS/DNPM/SC ..* 656

PORTARIA N. 290, DE 21 DE JUNHO DE 2002 –  
DOU DE 24/6/02  
*Estabelece as regras, critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, para os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.....* 657

PORTARIA N. 337, DE 19 DE JULHO DE 2002 –  
DOU DE 29/7/2002  
*Cria Grupo de Trabalho para elaborar as seguintes propostas: 1. Instituição de uma nova classificação para as águas minerais; 2. Instituição de uma norma técnica referente à “Aplicação de Ozônio na Indústria de Água Mineral”.....* 668

PORTARIA N. 336, DE 19 DE JULHO DE 2002 –  
DOU DE 8/8/2002  
*Cria e instala a Câmara Permanente de Gestão das Normas Reguladoras de Mineração – CPG/NRM para*

*acompanhar e orientar a implementação do disposto nas referidas normas* ..... 670

PORTARIA N. 350, DE 6 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 13/8/2002

*Sobre ocorrência de substâncias minerais não garimpáveis nas áreas estabelecidas para garimpagem; substância mineral garimpável em áreas objeto de licenciamento, autorização de pesquisa, concessão de lavra, manifesto de mina ou registro de extração* ..... 674

PORTARIA N. 355, DE 9 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 16/8/2002

*Prorroga o prazo da Portaria n. 229, de 29 de abril de 2002, publicada no DOU de 2/5/2002, para recebimento de sugestões, com a finalidade de aprimorar o texto técnico básico da proposta de Norma para Classificação e Aprovação de Recursos e Reservas Minerais* ..... 675

PORTARIA N. 374, DE 21 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 22/8/2002

*Prorroga o prazo da Portaria n. 228, de 29 de abril de 2002 (Manual de Fiscalização do DNPM)* ..... 675

PORTARIA N. 375, DE 21 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 23/8/2002

*Cria grupo de trabalho – GT para, no prazo de 120 dias a contar da data de publicação desta portaria no DOU, elaborar uma proposta de diretrizes governamentais para o setor mineral “sobre desativação de empreendimento mineiro”* ..... 676

PORTARIA N. 379, DE 26 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 27/8/2002

*Designa integrantes do Grupo de Trabalho criado por meio da Portaria n. 337, de 19 de julho de 2002* ..... 680

PORTARIA N. 378, DE 21 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 29/8/2002

*Cria o Comitê Permanente de Estudos do Aquífero Guarani – CPEAG, com o objetivo de prover o DNPM de todos os elementos de conhecimento técnico a respeito deste aquífero....* 680

PORTARIA N. 381, DE 29 DE AGOSTO DE 2002 –  
DOU DE 30/8/2002

*Revoga as Portarias n. 257, de 31 de agosto de 2000 publicada no DOU de 1/9/2000 e n. 180, de 28 de agosto de 2001, publicada no DOU de 31/8/200 (Termas de Ibirá-SP).....* 683

PORTARIA N. 397, DE 11 DE SETEMBRO DE 2002 –  
DOU DE 16/9/2002

*Trata da criação de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, que serão alocadas na Sede/DNPM-DF e nas Unidades Regionais .....* 683

PORTARIA N. 404, DE 16 DE SETEMBRO DE 2002 –  
DOU DE 20 DE SETEMBRO DE 2002

*Tornar sem efeito a Portaria n. 328, de 9/7/2002, publicada no Diário Oficial da União de 11/7/2002, seção 2, p. 25 .....* 685

PORTARIA N. 408, DE 27 DE SETEMBRO DE 2002 –  
DOU DE 4/10/2002

*Disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício no DNPM .....* 686

## **ORDENS DE SERVIÇO DO DNPM**

ORDEM DE SERVIÇO N. 2, DE 1º DE OUTUBRO DE 1999

*Dispõe sobre o atendimento ao público no âmbito do 3º Distrito/DNPM/MG .....* 687

ORDEM DE SERVIÇO N. 3, DE 1º DE OUTUBRO DE 1999

*Dispõe sobre a emissão de Certidões pelo 3º Distrito/DNPM/MG .....* 689

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO DNPM

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 1983 – DOU DE 24/10/83 <i>Estabelece instruções sobre os entendimentos e procedimentos normativos do Departamento Nacional de Produção Mineral</i> Alterada pela Instrução Normativa DNPM n. 2/00 .....	690
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.1, DE 11 DE ABRIL DE 1989 – DOU DE 14/4/89 <i>Estabelece instruções sobre constituição de empresa de mineração</i> .....	708
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 83, DE 23 DE MAIO DE 1990 – DOU DE 25/5/90 <i>Dispõe sobre a operacionalização do Royalty</i> .....	711
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 2, DE 22 DE OUTUBRO DE 1997 – DOU DE 24/10/97 <i>Dispõe sobre a anuência prévia para a cessão ou transferência de requerimentos de títulos de direitos minerários</i> .....	712
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 3, DE 22 DE OUTUBRO DE 1997 – DOU DE 24/10/97 <i>Dispõe sobre a anuência prévia da cessão ou transferência parcial ou total de títulos de direitos minerário</i> Revoga a Instrução Normativa DNPM n.1/94 .....	715
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1997 – DOU DE 26/11/97 <i>Dispõe sobre os requerimentos de autorizações de pesquisas. Redução para 50 ha.</i> Revoga a Instrução Normativa n. 1, de 6/6/97 .....	726
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1999 – DOU DE 28/12/99 <i>Dispõe sobre o critério de prorrogação do prazo do alvará de pesquisa</i> .....	729

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 24 DE JANEIRO  
DE 2000 – DOU DE 25/1/00

*Dispõe sobre a Guia de Utilização – Documento que no regime de autorização, admite a extração de substâncias minerais em área titulada, antes da outorga da concessão de lavra, mediante prévia autorização do Diretor-Geral do DNPM*

Art. 11 alterado pela Instrução Normativa n. 4/00

Art. 10 revogado pela Instrução Normativa n. 10/00..... 730

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 2, DE 7 DE FEVEREIRO  
DE 2000 – DOU DE 8/2/00

*Altera a Instrução Normativa n. 1/83, de 22/10/83 para incluir um sub-item ao item 12 e ao item 16. .... 732*

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 3, DE 24 DE FEVEREIRO  
DE 2000 – DOU DE 25/2/00

*Dispõe sobre a obtenção de vistas e cópias de peças de processos.*

Revoga a Ordem de Serviço n. 1, de 22/7/82. .... 734

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 5, DE 18 DE ABRIL DE 2000

*Dispõe sobre o protocolo do DNPM*

Revoga as Portarias DNPM n. 124/76; n. 103/83; e o inciso II. 3, da Portaria DNPM n. 10, de 25/7/91 ..... 736

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 6, DE 9 DE JUNHO  
DE 2000 – DOU DE 12/6/00

*Dispõe sobre parcelas dedutíveis para com o recolhimento da CFEM*

Art. 4º revogado pela Instrução Normativa n. 2, de 5/9/2002 ..... 743

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 7, DE 9 DE JUNHO  
DE 2000 – DOU DE 12/6/00

*Dispõe sobre procedimentos para mineradores com débitos em relação aos recolhimentos da CFEM ..... 745*

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 8, DE 9 DE JUNHO  
DE 2000 – DOU DE 13/6/00

*Altera a Portaria 158, de 15 de junho de 1999, que aprova as Fichas de Registro de Apuração da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM*  
 Revoga o art. 2, da Portaria DNPM n. 175, de 2/7/99 ..... 747

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 10, DE 31 DE OUTUBRO DE 2000 – DOU de 6/10/2000  
 Revoga a Instrução Normativa n. 9/2000 e o art. 10 da Instrução Normativa n. 1/2000 ..... 748

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000 – DOU de 15/12/00  
*Dispõe sobre informações de investimentos aplicados em áreas com Alvarás de Autorização de Pesquisa, outorgados pelo DNPM*  
 Republicada no DOU de 21/12/00 ..... 749

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 12, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2000 – DOU de 22/12/00  
*Dispõe dos procedimentos sobre os sorteios de áreas postas em disponibilidade* ..... 750

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2001 – DOU de 22/2/01  
 Republicada no DOU de 26/2/01  
*Dispõe sobre o requerimento de registro de licença* ..... 751

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 2, DE 20 DE AGOSTO DE 2001 – DOU de 21/8/01  
*Prorroga os prazos estipulados nos §§ 1º e 3º do art. 5º e no item V do art. 23 da Instrução Normativa n. 1/2001, de 21/2/01* ..... 760

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 – DOU DE 4/4/02  
*Dispõe sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM...* 760

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 2, DE 5 DE SETEMBRO  
DE 2002 – DOU DE 10/9/2002**

*Revoga o art. 4º, da Instrução Normativa n. 6, de 9/6/2000..* 761

**COMUNICADOS DO DNPM**

**COMUNICADO N. 1, DE 13 DE MARÇO DE 1997**

*Dispõe sobre a Lei n. 9.314/96. ....* 762

**COMUNICADO N. 2, DE 20 DE AGOSTO DE 1997**

*Comunica os novos valores dos emolumentos, taxas e multas  
previstos no Código de Mineração*

*Torna sem efeito o Comunicado n. 3, de 3/8/94 .....* 766

**CIRCULARES DNPM**

**CIRCULAR N. 2, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2000**

*Informa sobre a apresentação do Relatório Anual de Lavra ...* 767

**CIRCULAR N. 3, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2000**

*Informa aos interessados em participar da habilitação às  
áreas colocadas em disponibilidade para pesquisa, que as  
propostas poderão ter por objeto a pesquisa de qualquer  
substância mineral compatível com o ambiente geológico  
existente na área de efetivo interesse dos pretendentes,  
não mais existindo portanto, a limitação àquela, objeto do  
processo, cuja área foi colocada em disponibilidade .....* 768

**CIRCULAR DNPM N. 4, DE 9 DE MAIO DE 2000 –  
DOU DE 11/5/00**

*Informa aos interessados que se encontram disponíveis na  
sede do DNPM e nas duas Unidades Regionais os  
formulários de Requerimento de Registro de Extração .....* 768

**CIRCULAR DNPM N. 5, DE 26 DE MAIO DE 2000 –  
DOU DE 29/5/00**

*Dispõe sobre o recolhimento da Taxa Anual por Hectare .....* 768



CIRCULAR DNPM N. 6, DE 24 DE AGOSTO DE 2000 – DOU DE 29/8/00 <i>Dispõe sobre os procedimentos que devem ser adotados pelos concessionários de água mineral e potável de mesa, com referência à Portaria Ministerial n. 470/99 .....</i>	769
CIRCULAR DNPM N. 7, DE 26 DE OUTUBRO DE 2000 – DOU DE 27/10/00 <i>Dispõe sobre os procedimentos que devem ser adotados pelos concessionários de água mineral e potável de mesa, com referência à Portaria Ministerial n.470/99 .....</i>	769
CIRCULAR DNPM N. 8, DE 26 DE OUTUBRO DE 2000 – DOU DE 27/10/00 <i>Dispõe sobre os débitos concernentes à CFEM e à taxa anual por hectare .....</i>	770
CIRCULAR N 9, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2000 – DOU de 24/11/00 <i>Informa aos interessados da conversão para o Real dos valores referentes aos emolumentos, taxas e multas .....</i>	770
CIRCULAR N. 10, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000 – DOU DE 5/1/01 <i>Informa aos Titulares de alvarás de pesquisa, prazo para recolhimento da taxa anual por hectare .....</i>	771
CIRCULAR N. 1, DE 4 DE ABRIL DE 2001 – DOU de 5/4/01 <i>Dispõe sobre os procedimentos para pagamento dos débitos relativos à Taxa Anual por Hectare .....</i>	772
CIRCULAR N. 2, DE 25 DE JUNHO DE 2001 – DOU de 29/6/01 <i>Dispõe sobre o requerimento do boleto para pagamento da Taxa Anual por Hectare .....</i>	773

CIRCULAR N. 3, DE 5 DE SETEMBRO 2001 – DOU de 11/9/01 <i>Dispõe sobre a padronização de informações relativas ao Relatório Anual de Lavra – RAL.....</i>	773
--	-----

CIRCULAR N. 4 DE 21 DE SETEMBRO 2001 – DOU 1/10/01 <i>Prorroga até 21 de outubro de 2001 o prazo estabelecido no item II da Circular n. 3, de 05 de setembro de 2001, do Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de setembro de 2001, retificada em 13 de setembro de 2001, que trata da padronização das informações contidas em determinadas Tabelas de Apoio Integrantes do RAL – Relatório Anual de Lavra .....</i>	774
--	-----

CIRCULAR N. 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 – DOU de 7/1/02 <i>Dispõe sobre os procedimentos para requisição de segunda via do boleto bancário para pagamento da Taxa Anual por Hectare .....</i>	775
--	-----

CIRCULAR N. 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2002 – DOU de 15/2/02 <i>Dispõe sobre o preenchimento de formulário para as pessoas naturais ou jurídicas, que exerçam atividades de pesquisa de substância mineral, no território nacional .....</i>	775
--	-----

CIRCULAR N. 2 , DE 19 JUNHO DE 2002 – DOU DE 21/6/02 <i>Dispõe sobre os procedimentos para requisição de segunda via do boleto bancário para pagamento da Taxa Anual por Hectare .....</i>	776
--	-----

## Parte 8

# LEGISLAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	779
----------------------------	-----

## LEIS AMBIENTAIS FEDERAIS

### LEI N. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

*Institui o novo Código Florestal*

Alterada pela Lei n. 7.803, de 18/7/89

Revoga o Decreto n. 23.793, de 23/1/34 (antigo Código Florestal)

A Lei n. 5.106, de 2/9/66, revogou o art. 38

A Lei n. 5.868, de 12/12/72, revogou o art. 39

Alterado pela Lei n. 5.870, de 26/3/73. (Alínea “q”, art. 26)

Alterada pela Lei n. 7.875, de 13/11/89. (Parágrafo único, art. 5º)

O Decreto n. 97.628, de 10/4/89, regulamentou o art. 21

O Decreto n. 97.635, de 10/4/89, regulamentou o art. 27

Alterado pela Medida Provisória n. 2166-67, de 25/08/01 (arts. 1º, 4º 14, 16 e 44)

Art. 5º e 6º Revogado pela Lei n. 9.985, de 18/7/00

Arts. 3-A e 37-A acrescentados pela Medida Provisória n.

2166-67, de 25/8/01 ..... 782

### LEI N. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

*Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação*

Revoga tacitamente o Decreto-Lei n. 1.413, de 14/8/75

Alterada pela Lei n. 7.804, de 18/7/89

Alterada pela Lei n. 8.028, de 12/4/90

Regulamentada pelo Decreto n. 99.274, de 6/6/90

Art. 2º, inciso VIII, regulamentado pelo Decreto n. 97.632, de 10/4/89

Arts. 17-A ao 17-O acrescidos pela Lei n. 9.960, de 28/1/00

A Lei n. 9.985, de 18/7/00 revogou o art. 18

Alterada pela Lei n. 10.165 de 27/12/00. .... 805

### LEI N. 7.803, DE 18 DE JULHO DE 1989

*Altera a redação da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, revoga as Leis n. 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986.....* 832

### LEI N. 9.605, DE FEVEREIRO DE 1998

<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências</i> .....	836
Art. 25, § 2º (alterado) e § 5º (acrescentado) pela Medida Provisória n. 62, de 22/8/2002	
Art. 79 A acrescentado pela Medida Provisória n. 2.163/41, de 23/8/01	
Capítulo I – Disposições Gerais .....	836
Capítulo II – Da Aplicação da Pena .....	837
Capítulo III – Da Apreensão do Produto e do Instrumento de Infração Administrativa ou de Crime .....	841
Capítulo IV – Da Ação e do Processo Penal .....	841
Capítulo V – Dos crimes contra o Meio Ambiente .....	842
Capítulo VI – Da Infração Administrativa .....	854
Capítulo VII – Da Cooperação Internacional para a Preservação do Meio Ambiente .....	856
Capítulo VIII – Disposições Finais .....	857

LEI N. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – DOU DE 19/7/2000	
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza</i> .....	
	860
Capítulo I – Das Disposições Preliminares .....	860
Capítulo II – Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC .....	862
Capítulo III – Das Categorias de Unidades de Conservação .....	865
Capítulo IV – Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação .....	873
Capítulo V – Dos Incentivos, Isenções e Penalidades .....	878
Capítulo VI – Das Reservas da Biosfera .....	879
Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias .....	880

LEI N. 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000	
<i>Altera a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências</i> .....	
	883

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.163-41, DE 23 DE AGOSTO 2001  
*Acréscima dispositivo a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.* 891

MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001  
*Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....* 894

MEDIDA PROVISÓRIA N. 62, DE 22 DE AGOSTO DE 2002  
*Altera o art. 25 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.* 904

## DECRETOS FEDERAIS

DECRETO N. 99.556, DE 1º DE OUTUBRO DE 1990  
*Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional.....* 904

DECRETO N. 1.922, DE 5 DE JUNHO DE 1996  
*Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. ....* 907

DECRETO N. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999  
*Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências .....* 911  
Capítulo I – Das Disposições Preliminares ..... 911  
Capítulo II – Das Sanções Aplicáveis às Infrações Cometidas  
Contra o Meio Ambiente ..... 916

Capítulo III – Das Disposições Finais e Transitórias .....	967
Art. 47-A acrescentado pelo Decreto n. 3.919, de 14/9/01	

DECRETO N. 3.524, DE 26 DE JUNHO DE 20000	
<i>Regulamenta a Lei n. 7.797, de 10 de junho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências</i> .....	928

DECRETO N. 3.919, DE 14 DE SETEMBRO DE 2001	
<i>Acrescenta artigo ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências</i> .....	931

## RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA

RESOLUÇÃO CONAMA N. 1, DE 23 DE JANEIRO DE 1986	
<i>Estabelece as definições, responsabilidades, critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e o relatório de impacto ambiental EIA/RIMA – DOU de 17/2/86</i>	
Arts. 3º e 7º revogados pela Resolução CONAMA n. 237, de 19/12/97	
Incisos XVI e XVII do art. 2º alterados e acrescentados pela Resolução Conama n. 11 de 18 de março de 1986 .....	932

RESOLUÇÃO CONAMA N. 6, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987	
<i>Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras de grande porte – DOU de 22/10/87</i>	
Vide Resolução CONAMA n. 2, de 18/4/96 .....	938

RESOLUÇÃO CONAMA N. 9, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987	
<i>Disciplina a Resolução CONAMA n. 1/86 no tocante à audiência pública</i> .....	942

RESOLUÇÃO CONAMA N. 5, DE 15 DE JUNHO DE 1989 <i>Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR .....</i>	944
RESOLUÇÃO CONAMA N. 3, DE 28 DE JUNHO DE 1990 <i>Estabelece padrões de qualidade do ar, métodos de qualidade do ar, métodos de amostragem e análise dos poluentes atmosféricos.....</i>	949
RESOLUÇÃO CONAMA N. 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Estabelece limites máximos de emissão previstos no PRONAR. ....</i>	956
RESOLUÇÃO CONAMA N. 9, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Dispõe sobre o licenciamento ambiental da extração mineral das classes I, II, III, IV, VI, VII, VIII e IX. (Decreto-Lei n. 227 de 28/2/67). Dispõe também sobre licenciamento ambiental de pesquisa mineral que envolva emprego de Guia de Utilização .....</i>	960
RESOLUÇÃO CONAMA N. 10, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Dispõe sobre licenciamento ambiental da extração mineral da classe II. ....</i>	963
RESOLUÇÃO CONAMA N. 13, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Dispõe sobre licenciamento de atividades localizadas nos entornos das Unidades de Conservação .....</i>	965
RESOLUÇÃO CONAMA N. 2 DE 18 DE ABRIL DE 1996 – DOU, DE 25/4/1996 <i>Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA n. 10/87, que exigia como medida compensatória a implantação de estação ecológica.....</i>	966

**RESOLUÇÃO CONAMA N. 237, DE 19 DE DEZEMBRO  
DE 1997**

*Dispõe sobre Licenciamento Ambiental*

Revoga os arts. 3º e 7º da Resolução CONAMA n. 1, de 23/1/86. 968

**RESOLUÇÃO CONAMA N. 264, DE 26 DE AGOSTO DE 1999**

*Dispõe sobre os aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o co-processamento de resíduos em fornos rotativos de clínquer, para a fabricação de cimento .....*

977

Capítulo I – Das Disposições Gerais ..... 977

Capítulo II – Dos Procedimentos ..... 978

**RESOLUÇÃO CONAMA N. 281, 12 DE JULHO DE 2001 –  
DOU, de 15/8/01**

*Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento .....* 992

**RESOLUÇÃO CONAMA N. 303, de 20 de março de 2002 –  
DOU, de 13/5/02**

*Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.....* 994

**PORTARIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DO  
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS  
RENOVÁVEIS – IBAMA**

**PORTARIA NORMATIVA IBAMA N. 1, DE 4 DE  
JANEIRO DE 1990**

*Institui cobrança no fornecimento de licença ambiental .....* 999

**PORTARIA IBAMA N. 887, DE 15 DE JUNHO DE 1990**

*Dispõe sobre o patrimônio espeleológico nacional .....* 1000

**PORTARIA IBAMA N. 152, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997**

*Dispõe sobre formulários de Auto de Infração e Termo de Apreensão/Depósito e Embargo/Interdição, que serão utilizados nas infrações ao Meio Ambiente.....* 1003



PORTARIA IBAMA N. 162, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 <i>Dispõe sobre o Ato Declaratório Ambiental – ADA .....</i>	1004
PORTARIA IBAMA N. 53–N, DE 22 DE ABRIL DE 1998 <i>Aprova o Regulamento Interno da Fiscalização do IBAMA ..</i>	1006
Regulamento Interno da Fiscalização do IBAMA .....	1007
Anexo I – Das Disposições Preliminares .....	1007
Das Obrigações .....	1008
Da Prática Fiscalizatória .....	1011
Do Uso do Uniforme .....	1013
Do Uso e Emprego de Armas de Fogo .....	1013
Das Disposições Finais .....	1014
PORTARIA IBAMA N. 77–N, DE 20 DE SETEMBRO DE 1999 <i>Dispõe sobre a criação das unidades de conservação .....</i>	1014
PORTARIA N. 125, DE 28 DE SETEMBRO DE 2001 <i>Dispõe sobre a criação dos Núcleos de Licenciamentos Ambientais .....</i>	1016
PORTARIA N. 126, DE 28 DE SETEMBRO DE 2001 <i>Dispõe sobre a criação de Núcleos de Licenciamento Ambiental nas Gerências Executivas do IBAMA .....</i>	1018
PORTARIA N.127, DE 28 DE SETEMBRO DE 2001 <i>Dispõe sobre a instituição do Centro de Licenciamento Ambiental Federal – CELAF, com atuação em todo o território nacional .....</i>	1019
INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 7, DE 25 DE ABRIL DE 2002 <i>Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na apuração de infração administrativa e cobrança de débito para com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA</i> <i>Revoga a Portaria n. 44, de 15/5/97 .....</i>	1024
PORTARIA N. 74, DE 29 DE MAIO DE 2002	

*Institui, no âmbito das unidades descentralizadas do Ibama, Câmaras Técnicas com o objetivo de avaliar, orientar, controlar e analisar os processos administrativos protocolizados no Ibama com pedidos de autorização de desmatamento, de plano de manejo florestal, multas e penalidades aplicadas ..... 1038*